

ILHA SOLTEIRA: DE PATRIMÔNIO INDUSTRIAL A POLO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Mônica Peixoto Vianna

Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em São Carlos (IAU-USP)

monica_vianna@yahoo.com

Resumo

O artigo trata da experiência de gestão do patrimônio edificado pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) no complexo de Urubupungá com a concomitante construção de núcleos urbanos – um provisório em Jupia e outro permanente em Ilha Solteira – com alojamentos para solteiros, vilas operárias e residências para técnicos e engenheiros. A cidade de Ilha Solteira, implantada em caráter permanente, foi um modelo intermediário de organização entre o acampamento de Jupia e a estrutura de uma cidade, sendo uma comunidade um pouco mais aberta, na qual o cidadão ainda era bastante tutelado pela empresa. Este trabalho tem como objetivo analisar o planejamento e o processo de abertura do núcleo de Ilha Solteira, através de levantamentos feitos no local e de bibliografia específica sobre o tema de sua conversão em cidade e em polo de desenvolvimento para a região.

Palavras-chave: CESP. Polo de desenvolvimento. Ilha Solteira.

O complexo de Urubupungá

As origens do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá estão no convênio estabelecido, em 1951, entre os governos dos estados de São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O citado convênio originou, em 1952, a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai (CIBPU).

Em 1955, a firma de consultoria Edisonbrás, filial brasileira da Edison de Milão (Itália) foi contratada pela CIBPU para elaborar estudos preliminares e anteprojetos sobre o aproveitamento da região. Como primeira etapa dos trabalhos, a Edisonbrás ficou encarregada de proceder a um estudo técnico-econômico das bacias do salto de Urubupungá e Itapura, em uma segunda etapa encarregou-se de fazer o estudo comparativo das diferentes soluções possíveis visando a escolha do esquema mais aconselhável de aproveitamento, e por fim, na terceira fase, foi feito o desenvolvimento do projeto definitivo.

Na reunião anual da CIPBU, de 1955, definiu-se que seria constituída uma sociedade de economia mista com a finalidade de realizar o aproveitamento de Urubupungá e Itapura. Em maio de 1957, a CIPBU obteve do Governo Federal uma concessão para

que o Estado de São Paulo aproveitasse a energia hidráulica do referido trecho do rio Paraná. O mesmo decreto federal determinava que o Governo do Estado de São Paulo – na época sob o comando de Jânio Quadros – constituiria a referida sociedade de economia mista que deveria contar com a participação dos demais estados integrantes da CIBPU. Contudo, somente no governo seguinte, de Carvalho Pinto, se começou a dar especial atenção ao projeto de Urubupungá, incluindo-o em seu Plano de Ação (PAGE, 1959-1963). Devido a dificuldades para a sua organização, somente em 3 de janeiro de 1961, foi criada a Centrais Elétricas de Urubupungá S. A. (CELUSA).

Desta forma, a empresa ficava encarregada de estudar, projetar, constituir e operar sistemas de produção, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica, e de promover o aproveitamento de outras ocorrências no rio Paraná e seus afluentes. Em relação aos procedimentos técnicos, a CELUSA deveria construir barragens de acumulação, objetivando a regularização da vazão dos rios, bem como a construção de eclusas de navegação, de obras de irrigação, de drenagem e de proteção de terrenos marginais. No tocante aos estudos, ficava a mesma, autorizada a elaborar planos e programas de desenvolvimento econômico e a orientar a iniciativa privada na implantação de atividades econômicas na área servida pela empresa¹.

Entre os motivos desta decisão, encontra-se o fato do Complexo se localizar na região noroeste do Estado de São Paulo, então pouco desenvolvida, e apresentar condições um pouco mais adequadas que a região de Ilha Solteira. Razões de ordem econômica, ligadas à proximidade da linha férrea da Noroeste do Brasil e da ponte “Dr. Francisco de Sá” também ajudaram a determinar esta escolha. Isto acarretaria um menor investimento em obras de apoio à construção propriamente dita, já que o custo previsto situava-se em torno de 400 milhões de dólares, em valores de 1975, bem menos que a metade do necessário para Ilha Solteira. Da mesma forma, a experiência adquirida em Jupuí seria importante no decorrer das obras da segunda usina (KUHL, 1991, p.13).

Aproveitando uma série de saltos nos rios Paraná e Tietê, o conjunto de Urubupungá, constituiu-se, na época de sua construção, no maior complexo hidrelétrico do hemisfério sul. Esta região foi considerada, na época, um verdadeiro polo de desenvolvimento, já que sua área de influência se estendia por um círculo de 600 km

¹ A CELUSA incentivou ainda, a formação, por parte de cinco antigos consultores da CHERP, de uma firma projetista genuinamente brasileira, a THEMAG Engenharia S. A., que executou o detalhamento do projeto da usina de Jupuí. Contudo, ao iniciar a implantação das usinas do Complexo, a CELUSA optou por começar pela menor delas, Jupuí, atual usina Engenheiro Souza Dias.

de raio, abrangendo sete estados, o que totalizava uma área de cerca de 1 milhão de km², onde morava cerca de 50% da população do país. Nesta área localizava-se ainda, 70% das atividades econômicas do país, 70% de toda a produção fabril nacional e colhia-se 42% da produção agropecuária brasileira. Concorria com 60% do produto nacional bruto, com 80% do valor global dos tributos arrecadados no país e um consumo de 80% da demanda nacional de energia elétrica (ILHA..., 1988, p.6).

O Planejamento de Urubupungá foi elaborado pelo engenheiro Ernest Robert de C. Mange e sua equipe, a EMAK², entre 1957 e 1960, para atender à demanda habitacional proporcionada pela construção das usinas de Jupiá e Ilha Solteira. Para Tsukumo (1994), Jupiá representou a primeira experiência significativa de planejamento da fixação de mão de obra de construção de usinas hidrelétricas. Um dos aspectos mais importantes relacionados ao Complexo foi a concomitante construção de núcleos urbanos, um provisório em Jupiá e outro permanente em Ilha Solteira, com alojamento para solteiros, vilas operárias e residências para técnicos e engenheiros.

Tendo surgido como resposta às necessidades de desenvolvimento econômico de uma extensa área do país e pela importância do tipo de empreendimento que promovia e realizava, a CESP passou a ter responsabilidades que ultrapassavam as atividades diretamente ligadas ao atendimento da demanda de energia elétrica, sendo incumbida diretamente ou em colaboração com outros órgãos estaduais ou particulares, de estudar, elaborar e executar planos e programas de desenvolvimento econômico (COMPANHIA..., 1970a, p.18-19).

A Vila Piloto e o Núcleo de Operadores

A usina hidrelétrica de Jupiá, atual usina Engenheiro Souza Dias, localiza-se no rio Paraná, nos municípios de Castilho (SP) e Três Lagoas (MS), próximo da cidade de Andradina (SP).

A região de Jupiá, no noroeste do estado de São Paulo e divisa com Mato Grosso do Sul, caracterizava-se, então, pela pecuária extensiva, muitos latifúndios, grande distância dos centros urbanos mais significativos e baixa densidade demográfica. Como consequência do tipo de colonização desenvolvido no território paulista, as regiões circunvizinhas aos grandes rios continuaram pouco povoadas até a

² Lembramos que, até 1968, o escritório de projetos era conhecido por EMAK, passando depois disso a se chamar oficialmente PLANEMAK – Planejamento de Edifícios e Cidades S/C Ltda., que contava para este projeto com: eng. Ernest Robert de C. Mange; arq. Ariaki Kato – colaborador; arqs. Fernando de Andrade Veiga e Norio Sakai – chefes de grupo; Pascoal Brumatti – desenhista chefe.

implantação das hidrelétricas. A construção de usinas de grande porte, em uma região carente do apoio dos grandes centros urbanos, exigia a edificação de alojamentos de solteiros, de vilas operárias e de instalações para a residência dos operadores das máquinas.

A UHE de Jupiá iniciou a operação de seu primeiro grupo gerador em abril de 1969 e suas obras foram concluídas em junho de 1974. Em dezembro de 1966, a CELUSA foi integrada à CESP, que continuou a construção da usina.

As vilas de Jupiá foram os núcleos urbanos construídos para os barrageiros e para os operadores da usina de Jupiá (ver figura 1).

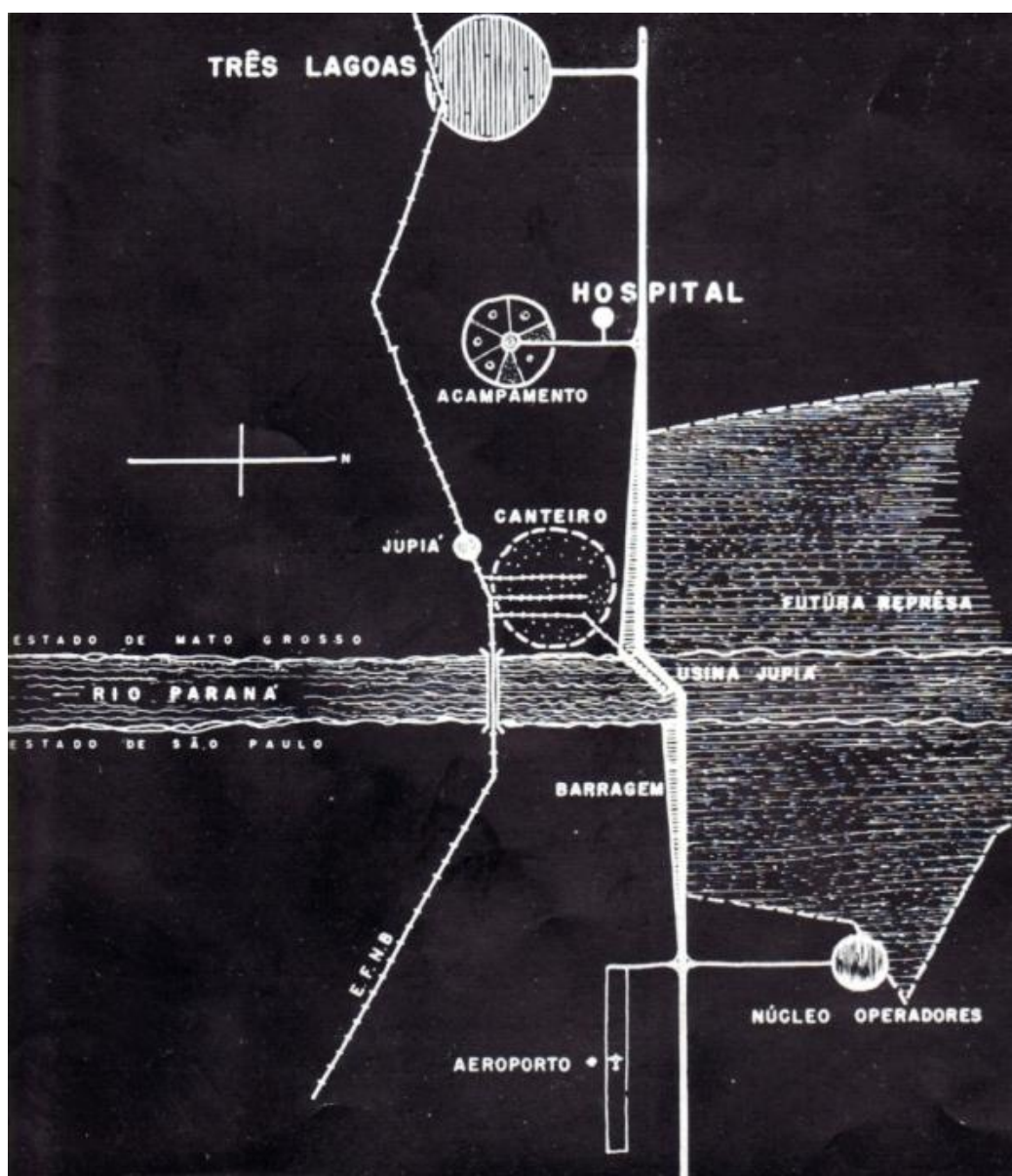


Figura 1: Implantação esquemática da Vila Piloto e do Núcleo dos Operadores de Jupiá. **Fonte:** PLANEJAMENTO..., 1962, p.01.

A Vila Piloto estava localizada no território do estado do Mato Grosso do Sul, a dois quilômetros do canteiro de obras da usina Jupiá e a três quilômetros do perímetro urbano de Três Lagoas. As construções eram em madeira, com pilares de alvenaria e telhas de cerâmica. Segundo Araújo (2004), foi projetada como uma cidade-empresa, temporária e fechada, cujo plano apresentava conceituações da urbanística moderna, advindas das teorias da unidade de vizinhança e do zoneamento. Construída em dois anos, entre o final de 1959 e 1962, a vila contava com equipamentos urbanos como escolas, hospital, centro de cultura e lazer, prefeitura, parques e foi prevista para abrigar 15 mil pessoas. Seus mecanismos de controle, por parte da CESP, caracterizaram uma atuação do tipo paternalista (ver figura 2).



Figura 2: Vista aérea da Vila Piloto de Jupiá. **Fonte:** PLANEJAMENTO..., 1962, p.03.

A equipe de Mange apresentou um planejamento para o assentamento da mão de obra necessária à construção das usinas, elaborou um plano de custos e o enviou à Construtora Camargo Corrêa justificando a construção de um acampamento planejado e com infraestrutura urbana, com o argumento de que os custos seriam mínimos em relação ao montante necessário para a construção das usinas. A ideia foi aprovada e os trabalhos começaram. Foi realizado um estudo completo da região, verificando quais suas características e apontando diretrizes para a execução do projeto. Tanto o programa como as especificações técnicas e materiais foram ajustadas para possibilitar a sua realização (ARAÚJO, 2004, p.136).

Os princípios que nortearam este projeto foram a criação de um conjunto residencial autônomo, com um conteúdo programático que atendesse completamente ao cotidiano das famílias. A preocupação com o desenho arquitetônico das habitações podia ser percebido através de algumas soluções propostas como o espaço das habitações, a preocupação com o conforto ambiental, a fácil manutenção e localização

em torno da praça e da zona de recreação esportiva. O desenho radioconcêntrico do plano acusava fortemente este sentido de comunidade integrada que estava na base do programa e neutralizava a frieza humana contida no artificial e provisório, bem como a monotonia espacial imposta pela padronização habitacional.

Entre 1969 e 1970, foram realizados os trabalhos de desmobilização. A Vila foi parcialmente desmontada, $\frac{1}{4}$ da área do plano - clube e algumas residências - foi preservada para uso do Exército, uma unidade militar sediada em Três Lagoas. Com o início das obras do núcleo urbano de Ilha Solteira, procedeu-se à remoção das construções de madeira e dos materiais aproveitáveis. As habitações foram então sucateadas e vendidas, ficando os compradores obrigados a fazer a demolição e limpeza do local. Os equipamentos urbanos como hospital, escolas, parques e alguns edifícios do centro comunal foram repassados à prefeitura Municipal de Três Lagoas que implantou um distrito industrial equacionando, assim, em definitivo o remanescente do acampamento.

Às margens do reservatório de Jupuíá, em terreno do Estado de São Paulo, foi construída a segunda vila de Jupuíá, o Núcleo de Operadores, em casas de alvenaria que se destinavam aos profissionais técnicos e administrativos necessários à operação da usina de Jupuíá. As características deste pequeno aglomerado, projetado pela EMAK, também estavam próximas aos conceitos de núcleo fabril, com algumas características particulares (ver figura 3).

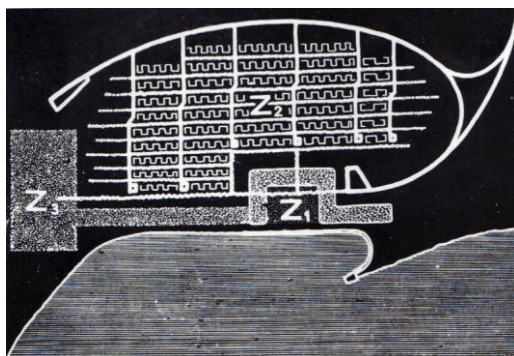


Figura 3: Implantação esquemática do Núcleo dos Operadores de Jupuíá. **Fonte:** PLANEJAMENTO..., 1962, p.08.

O Estado era o proprietário, em um primeiro momento, através da CELUSA e depois da CESP. Havia uma espécie de regimento que ditava as regras: o conteúdo era equivalente às normas de um condomínio, com a diferença que as punições envolviam multas e, em casos extremos, a perda do emprego. A prioridade era a contratação de empregados com família, o número das habitações seria de 200, muito inferior ao da Vila Piloto. Se houvesse algum solteiro, seria colocado no hotel-pensão. Contudo, o

número de habitações construídas não chegou ao planejado, sendo que o maior número de ocupação foi por volta de 500 pessoas (ARAÚJO, 2004, p. 146).

Nas décadas de 1970 e 1980, o Núcleo de Operadores era visto como um excelente local para se viver, uma vez que, muitos operários não teriam facilmente acesso a uma infraestrutura tão privilegiada como aquela. Quanto ao controle que sofriam, existia um conselho composto pelas três categorias responsáveis pela administração do conjunto, a chamada Prefeitura, submetida à CESP. Após a venda das casas, tanto para novos moradores como para funcionários da CESP que optaram por permanecer lá, o antigo Núcleo dos Operadores caracteriza-se, atualmente, como um condomínio fechado, chamado “Residencial Encontro das Águas”.

Para Mange (1963), a experiência de Urubupungá representou a possibilidade prática e real de planejar o quadro da vida dos contingentes de mão de obra necessária à execução das grandes obras de engenharia. Apesar dos prazos diminutos e dos recursos relativamente pequenos, foi possível, segundo o engenheiro, olhar com dedicação o lado humano neste tipo de obra e aplicar o recurso do planejamento consciente.

A cidade nova

A usina de Ilha Solteira, segunda etapa do Complexo de Urubupungá, constituiu-se como um dos maiores empreendimentos hidrelétricos da época. A usina localiza-se nos municípios de Pereira Barreto (SP) e Selvíria (MS), sendo que seu primeiro grupo gerador entrou em operação em julho de 1973 e o último em dezembro de 1978. A obra se tornou possível graças à participação acionária de 72% do Governo do Estado de São Paulo, juntamente com o apoio do Governo Federal patrocinando - através dos Ministérios do Planejamento e Minas e Energia - a formação de um Consórcio Internacional, destinado a assegurar os recursos externos necessários ao empreendimento, bem como, por intermédio da ELETROBRÁS, substancial participação em moeda nacional (ILHA..., 1966, p.3).

A Construções e Comércio Camargo Corrêa (CCCC), venceu a concorrência para a construção de Ilha Solteira. Ernest Mange e Ariaki Kato, através da EMAK, foram novamente contratados para realizar o planejamento desta nova etapa do Complexo de Urubupungá. A eles, foram encomendados os projetos para a organização do canteiro de obras, a subestação de energia, o núcleo urbano e um planejamento do novo sistema rodoviário. O projeto técnico da usina foi realizado pela THEMAG Engenharia.

Ilha Solteira deveria responder ao imperativo imediato de instalar a mão de obra necessária para a construção da usina hidrelétrica, mas podia também ser planejada para se tornar cidade. Logo, seu planejamento deveria ser suficientemente flexível, para dimensionar todos os equipamentos necessários ao funcionamento da cidade em sua primeira etapa de “acampamento”, atendendo às necessidades básicas de uma população de 35 mil habitantes, e possibilitar sua expansão progressiva de acordo com o desenvolvimento futuro da cidade (COMPANHIA..., 1970a, p.36).

A região próxima à usina apresentava uma rede urbana desfavorável com cidades muito distantes entre si, situadas em municípios caracterizados pela cultura de cereais e pela pecuária extensiva e distanciada dos centros urbanos significativos, pelas grandes propriedades, por uma acentuada concentração de renda e por um pequeno mercado de trabalho. Essas condições ajudaram a empresa a decidir pela edificação de um núcleo urbano de caráter permanente, solução que permitiria transferir à região as melhorias realizadas com a obra. A favor desta posição foram colocados outros argumentos, como o fato da Empresa despender uma verba semelhante à que teria que empregar na construção de um núcleo provisório, dos resultados dos investimentos serem ampliados, diminuindo o custo social da obra, de ser impedida a progressiva destruição do núcleo e de todas as facilidades que este traria à região (ILHA..., 1988, p.10).

Mange e sua equipe partiram para a análise de conceitos que resolveriam melhor a expansão urbana, problema que seria enfrentado mesmo durante as obras da própria cidade. Enquanto no relatório, Planemak (1967), se afirmava a necessidade de se construir um acampamento dotado de todas as características de uma cidade, mesmo que ela não possuísse caráter definitivo, a construção de uma cidade nova, permanente e aberta foi a solução encontrada para os impasses provocados pela desativação da Vila Piloto. O Complexo de Urubupungá pode ser considerado como a primeira tentativa de planejamento global do assentamento da mão de obra da construção e operação de usinas hidrelétricas no país (ver figura 4).

A partir do momento em que se levou em conta a importância do papel da CESP no desenvolvimento regional, explica-se a implantação de Ilha Solteira como cidade definitiva, e não como mero acampamento de obras.

O começo das intervenções em Ilha Solteira ocorreu só no ano de 1966, quando todos os trabalhadores ainda moravam na Vila Piloto. Em 1968, com a conclusão da UHE Jupiá, iniciou-se a transferência de pessoal para a nova cidade que, naquele momento, ainda era um acampamento em obras, localizado em área pertencente ao

município de Pereira Barreto (SP). Em 1971, o núcleo atingiu sua população máxima, estimada em aproximadamente 32 mil habitantes e 255.000 m² de área construída, com grupos escolares, ginásio, centro educacional para adultos, ensino profissionalizante, três hotéis, clube, comércio, serviços e um hospital. O projeto inicial previa uma população máxima de 53.000 habitantes, mas, já em 1973, a população passou para 18 mil habitantes, devido ao decréscimo causado pelo término da obra principal. Os projetistas tiveram que adaptar o Plano Diretor e equilibrar a implantação com a ocupação gradativa, dentro de um prazo muito curto.

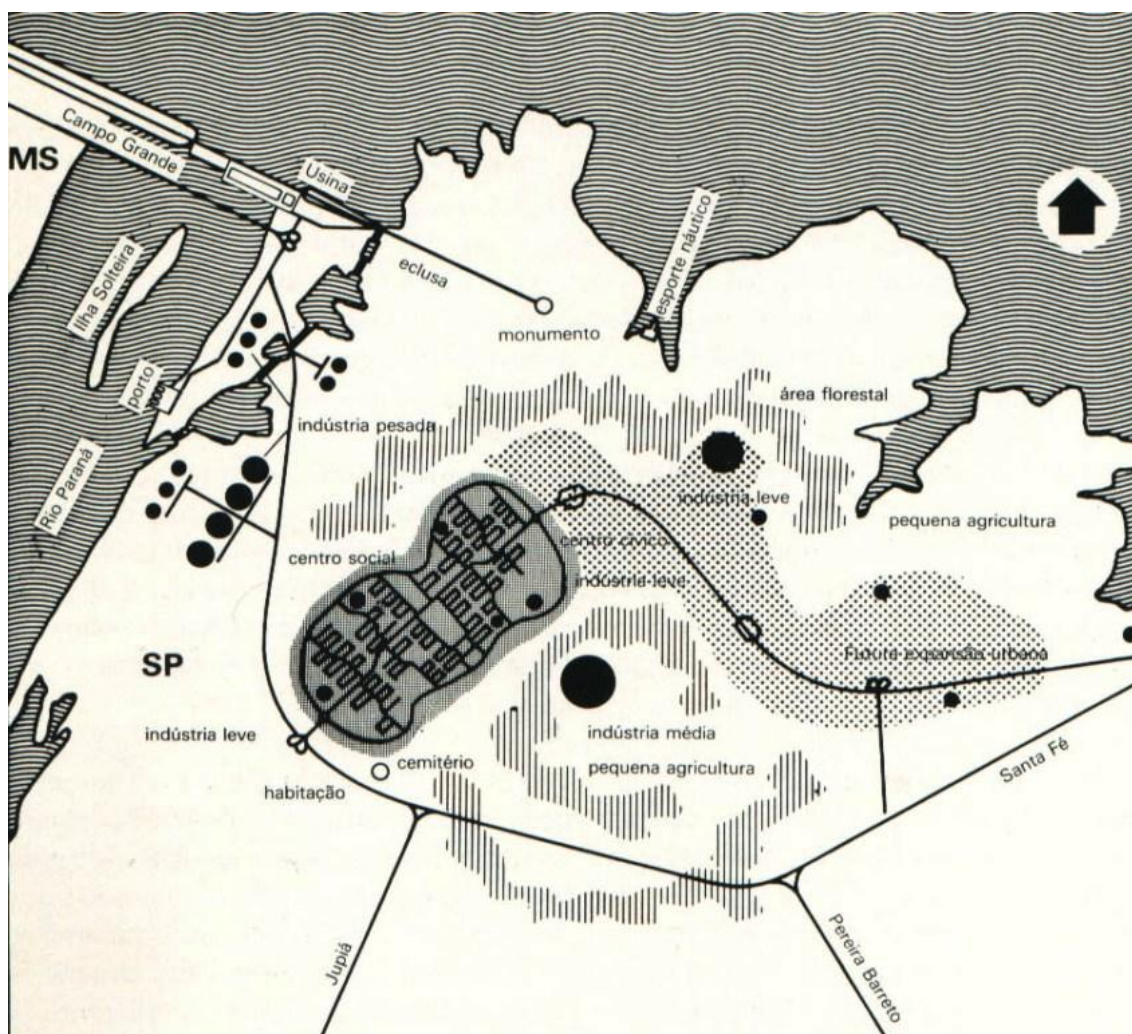


Figura 4: Implantação esquemática do núcleo de Ilha Solteira. **Fonte:** ILHA..., 1988, p.14.

A ideia era que o local se tornasse um polo de desenvolvimento econômico da região através da inserção de indústrias em um meio predominantemente agrícola. Contudo, isso não seria suficiente para integrar a cidade em seu contexto regional, integração que seria efetivada apenas com o estabelecimento de relações de produção, relações comerciais e de serviços, a dinamização da agricultura regional e o estabelecimento

de uma rede rodoviária que facilitasse as comunicações. Assim o planejamento foi estabelecido levando em conta esses imperativos e o seu zoneamento, previu todas as funções que deveriam ser desempenhadas pela cidade e dimensionou seus equipamentos.

Núcleos urbanos como estes, que carregam junto de si um potencial de desenvolvimento, são impossíveis de serem tratados apenas como acampamentos provisórios, úteis para a satisfação das necessidades primárias da mão de obra durante um tempo determinado. Por outro lado, esses núcleos não são verdadeiras cidades. A monoatividade quase total da população, o caráter artificial da vida urbana, a grande uniformidade arquitetônica, a relação estreita existente entre a vida profissional e a vida social e familiar, davam a estas “cidades” um caráter rígido, bem diferente da liberdade e da diversidade oferecidas por uma cidade.

Na usina hidrelétrica de Jupia a administração da Vila Piloto era de responsabilidade da CELUSA, empresa que deu início ao encaminhamento da segunda etapa do complexo de Urubupungá. Logo após a fusão e, ainda durante a fase preparatória, a CESP passou a ser responsável pelo empreendimento. As terras para a construção do complexo pertenciam ao município de Pereira Barreto. Como a CESP era uma estatal estadual, o núcleo urbano de Ilha Solteira passaria a ser propriedade do Estado de São Paulo, diferentemente da Vila Piloto, criando uma condição de administração diversa. De acordo com o governo do Estado, a CESP equacionou o problema da implantação, organização e do funcionamento administrativos da cidade através do estabelecimento de um Plano Urbano Diretor – elaborado pelo escritório de Mange e Kato – e da criação da Administração Especial de Ilha Solteira – AEIS (COMPANHIA..., 1970a, p.20).

Em termos de traçado, o modelo utilizado foi o de cidade linear. Como mostra Araújo (2004), as ideias foram adaptadas às circunstâncias, não havia nenhum grande centro para a associação deste novo núcleo, como estipulado na teoria, ele próprio seria a geratriz da cidade linear e ao longo do tempo, a expansão urbana ocorreria de forma ordenada. A proposta consistia em construir a primeira etapa ao longo do eixo rodoviário localizado na rótula das duas rodovias que ligavam a usina de Ilha Solteira a Pereira Barreto e Três Lagoas.

A área urbana foi configurada com desenvolvimento linear, ou seja, o crescimento do núcleo se processaria com a expansão da área urbana no sentido longitudinal. O eixo central transversal dividia o núcleo em área norte e área sul e isso se tornaria uma referência. O eixo longitudinal foi chamado de Avenida Brasil Norte de um lado do

centro comunal e Avenida Brasil Sul, do outro lado. O centro geométrico deste eixo ergueu-se uma grande caixa d'água, de 33 metros de altura, constituindo um monumento da cidade, ao redor da qual se localizava o "core" da cidade - tema do CIAM VIII, de 1951- com o prédio da Administração, o Centro Cultural, o Ginásio, as Escolas Técnicas, a Igreja, o Hotel, a Telefônica, o Correio e o Cartório. Ao longo da Avenida Central, simetricamente, tanto na zona norte quanto na zona sul, distribuíram-se as áreas destinadas ao comércio, ao mercado, às feiras livres, aos grupos escolares, bancos e hotéis (ver figura 5).



Figura 5: Vista aérea da cidade de Ilha Solteira, década de 1970. **Fonte:** ILHA..., 1988, p.12.

O zoneamento definia três grandes zonas: urbana, de indústria pesada e o cinturão verde (área florestal e de pequenas propriedades agrícolas). A zona urbana foi dividida em habitacional e equipamentos, que por sua vez foi subdividido em quatro setores: setor 1 (lazer e recreação através de um generoso sistema de parques e praças);

setor 2 (escolas, comércio e serviços público e privados, todos localizados ao longo do eixo longitudinal); setor 3 (zona central, onde se localizava o centro comunal – core – distribuído no eixo transversal no centro do núcleo e que comportava o prédio da administração da cidade, a rodoviária, o comércio especializado, o centro cultural, os cinemas, o teatro, praça, ginásio, escolas técnicas, igreja, hotel, prédio da telefônica, correios, cartório etc.); e setor 4 (pequenas empresas e prestadoras de serviço localizadas ao longo da via perimetral). O eixo central transversal dividia a núcleo em área norte e área sul e isso se tornou uma referência.

A implantação foi iniciada a partir da zona central com um hotel, uma escola, a administração (prefeitura), algumas habitações e o alojamento para solteiros. Ao longo do eixo transversal que corta a Avenida Central localizaram-se os alojamentos da população solteira, que contavam com instalações esportivas e refeitórios. Em uma das extremidades do eixo central localizou-se um conjunto hospitalar e, na outra, a continuação dos equipamentos sócio-recreativos, constituído por clubes, centro esportivo, zoológico, área para parques de diversão, feiras, circos etc. A zona habitacional, formada por quadras simétricas compostas por casa do mesmo nível, obedecia ao critério que agrupava a população em seis níveis de categorias profissional. Mais próximas das residências, ao longo das alamedas, de maneira a facilitar seu acesso e uso, localizavam-se equipamentos de primeira necessidade e, nas faixas entre as residências, zonas de equipamentos comunitários. A zona destinada à instalação de indústria leve e dos equipamentos para abastecimento e manutenção de veículos, dos serviços públicos especializados localiza-se entre as áreas habitacionais e a avenida perimetral. Assim, a noção de unidade de vizinhança pode ser percebida aqui pela distribuição das construções através dos usos, e da localização da escola e a da creche em posição central.

Como costumava ocorrer em núcleos criados por fábricas, havia uma hierarquização das moradias e uma divisão social do espaço. A cada um desses níveis, correspondia um tipo de habitação, padronizadas seguindo as diretrizes arquitetônicas adotadas. As condições de isolamento da cidade, juntamente com um cronograma longo de obras e a vida local, impuseram uma definição de autonomia que lhe permitisse contar com órgãos e equipamentos administrativos de ordem geral, representados por serviços de utilidade pública como o de policiamento preventivo, segurança, abastecimento, rede escolar, assistência médico-hospitalar, transportes, comunicações, serviço social etc (COMPANHIA..., 1982).

O plano viário era simples e funcional, afinado com as propostas do urbanismo das unidades de vizinhança e da cidade-jardim. Dividia-se em cinco tipos: eixo longitudinal e via perimetral (que eram as principais e maiores vias); conjunto de vias de penetração (destinadas à circulação média de veículos); conjunto de alamedas (de baixa circulação de veículos nas áreas residenciais); e conjunto de vielas. O perímetro urbano foi traçado pela Avenida Perimetral destinada ao tráfego rápido. A Avenida Central nascia no anel rodoviário, que ligava a estrada precedente de Jupuíá com a barragem e terminava em outro anel rodoviário, que ligava a estrada de Jupuíá com a de Pereira Barreto e Santa Fé do Sul. As alamedas transversais estabeleciam a ligação entre a avenida central e a perimetral. O conjunto de vias de distribuição de cada alameda, denominadas “ruas”, começava e acabava nas alamedas. Os conjuntos de alamedas e ruas foram separados por áreas verdes, garantindo o sistema de circulação adotado. Assim, o tráfego decresceria de intensidade da avenida à rua, ficando reduzido ao trânsito de habitantes de cada viela (COMPANHIA..., 1970a, p.36-39).

Contudo, de acordo com o relatório da Planemak (1967), houve a preocupação de não configurar o espaço urbano, através do tipo de tecido habitacional e traçado viário, de forma a exprimir rigidamente o conceito de unidade de vizinhança, evitando-se qualquer correspondência espacial rígida e setorial, pois o caráter orgânico era um dominante do plano. No planejamento de Jupuíá, a via perimetral traçava a forma de um círculo para o acampamento, em Ilha Solteira, seguia a forma da curva de nível do terreno, mais “orgânica”. Em ambos os casos, essa via constituiu-se como uma barreira, separando o que havia de fora do que havia dentro.

A integração regional

Localizada em posição estratégica, no centro de uma região fértil e cujo desenvolvimento vinha se acentuando, deveria se consolidar definitivamente quando as barragens se tornassem pontes rodoviárias e estabelecessem a comunicação rodoviária direta entre São Paulo e Mato Grosso. As condições de isolamento da cidade, juntamente com um cronograma longo de obras e a vida local, impuseram uma definição de autonomia que lhe permitiu contar com órgãos e equipamentos administrativos de ordem geral, representados por serviços de utilidade pública como o de policiamento preventivo, segurança, abastecimento, rede escolar, assistência médico-hospitalar, transportes, comunicações, serviço social etc.

Esta rede urbana foi, assim, alterada com a implantação de Ilha Solteira, influenciando o processo de urbanização da região. O mercado imobiliário sofreu intensa valorização, interferindo positivamente na recuperação econômica da região.

O desenvolvimento da cidade, em uma evolução gradativa e controlada, foi a grande preocupação dos técnicos que a planejaram, os quais, tendo concluído pela impossibilidade de se prever desde sua implantação, todas as formas de desenvolvimento, acreditavam que sua evolução, de maneira geral, se processaria em quatro fases distintas: uma primeira de implantação; uma segunda caracterizada por uma situação de acampamento-cidade; uma terceira de cidade-acampamento e finalmente a última, de cidade. Assim, as grandes linhas de política geral da CESP frente à cidade de Ilha Solteira, podem ser resumidas na criação de um núcleo urbano para atender às necessidades de habitação e serviços dos empregados da CESP e das empreiteiras; na criação de condições para que o núcleo se firmasse como uma cidade permanente através da elaboração de um plano diretor e de um plano urbano adequado; na adequação dos planos e programas administrativos às características próprias de cada fase de vida do núcleo que, de acampamento, se tornaria uma cidade comum (COMPANHIA..., 1979a, p.7-8).

O núcleo de Ilha Solteira foi planejado assim, para subsistir após o término das sobras da usina, constituindo-se no que se costumava chamar de polo de desenvolvimento regional, dotado de condições para propiciar alta qualidade de vida, graças às perfeitas condições sanitárias e assistência médica de alto padrão. Sua população era formada por uma parcela da população de Jupiá que foi transferida para a obra e outra parcela de pessoas que saíram de uma “cidade liberal comum” e foram para Ilha Solteira em função do trabalho com comércio ou serviços do acampamento, tendo sido instalados mediante autorização da empresa, mas sem o vínculo empregatício.

A população de Ilha Solteira tornou-se uma referência para a região, devido ao poder aquisitivo dos barrageiros, o que influenciou a cultura regional, com o cultivo de novos hábitos e o consumo de produtos pouco usuais na região. A estrutura de saúde e educação implantadas – o nível e a qualidade do atendimento destes serviços – juntamente com a estrutura bancária, comercial, e os equipamentos de lazer fizeram da cidade um polo de atração regional, constituindo uma importante função socioeconômica fundamental para o crescimento da cidade.

Para garantir o funcionamento da cidade de Ilha Solteira, nas condições de isolamento impostas por sua localização, a cidade devia, desde sua origem, ser dotada de autonomia e contar com um equipamento administrativo próprio. Em outubro de 1968,

o Grupo de Trabalho Núcleos Urbanos, composto por diretores de todas as empresas envolvidas juntamente com o governo do estado, preparou uma proposta para a administração do conjunto, que incluía todas as frentes da obra: infraestrutura regional, núcleo urbano e usina hidrelétrica. Meses depois, o resultado foi a criação da Administração Especial de Ilha Solteira – AEIS, oficializada em 3 de fevereiro de 1969³.

Para um núcleo urbano com características simultâneas de cidade e de acampamento, seria necessário dotá-lo de um esquema administrativo amplo e flexível, capaz de enfrentar situações diversas e de permitir adaptações rápidas diante de situações inesperadas.

A AEIS representou uma experiência nova em termos de administração: uma estrutura dinâmica adequada às exigências de uma cidade em formação, com uma população peculiar por suas origens, seus padrões culturais, sua composição étnica, mas que era dotada de recursos específicos. Suas funções principais podiam ser divididas em implantar a infraestrutura urbana, construir habitações e equipamentos comunitários; administrar esses serviços; promover o desenvolvimento comunitário; estabelecer mecanismos de orientação e controle social; criar condições de desenvolvimento socioeconômico da cidade; estabelecer relações com órgãos públicos estaduais, federais, e autarquias; e preocupar-se com os efeitos decorrentes da polarização da cidade de Ilha Solteira na região. A preocupação da AEIS era, sobretudo, criar uma estrutura que fosse válida para uma cidade que, após sua desvinculação da CESP, se tornaria autônoma (COMPANHIA, 1970a, p.59-60).

A fim de solucionar a questão com a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto, à qual, legalmente, caberia a gestão, foi aprovada uma lei municipal que delegava à AEIS a qualidade de gestora pública de Ilha Solteira. Esta decisão foi resultado de um convênio estabelecido entre a CESP e a prefeitura de Pereira Barreto, no qual todas as atribuições do poder executivo de uma cidade seriam reproduzidas nesta entidade, desde os procedimentos como coleta de lixo e cobrança de taxas sobre serviços, até a

³ Caberia a essa Administração planejar, coordenar, executar, controlar e avaliar as atividades necessárias à implantação e administração da cidade, de acordo com as diretrizes da Diretoria da CESP (Decreto nº 084/68 da CESP – Criação da Administração Especial de Ilha Solteira). Com o decreto estadual nº 51.352 de 03 de fevereiro de 1969, baseado no artigo 89, da Lei Orgânica dos Municípios em vigor, Abreu Sodré, Governador do Estado de São Paulo, oficializou a decisão da Diretoria da CESP, constituindo o Regime de Administração Especial para a cidade de Ilha Solteira, fixando suas diretrizes básicas. Subordinada diretamente à CESP, era dirigida por um coordenador e contava, a princípio, com três órgãos: Administração Central, Administração de Ilha Solteira e o Conselho de Administração (COMPANHIA..., 1970a, p.55-56).

aprovação do plano diretor e a garantia de sua implementação. Este processo teve encaminhamento no final de 1970, com um organograma aprovado e os membros nomeados.

A AEIS sofreu algumas alterações ao longo dos anos até sua dissolução no momento da conversão de Ilha Solteira à sede de município (iniciado em 1984 e finalizado em 1992, com a eleição do primeiro prefeito da cidade). Havia uma grande preocupação com o que aconteceria com a população trabalhadora após o término das obras da usina. O objetivo era criar condições efetivas para que essa população permanecesse na cidade e fosse absorvida pelas novas atividades implementadas.

A usina foi inaugurada em 16 de fevereiro de 1974, momento marcado pelo fim do chamado “milagre econômico”. Em 1976, foi decretada a instalação em Ilha Solteira de uma unidade da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), com a transferência para o seu patrimônio de bens pertencentes à CESP para sua acomodação, o que tornaria a cidade difusora de ensino na área de tecnologia. Essa medida estava incluída entre uma série de outras que foram tomadas com a intenção deliberada de prolongar a utilização da cidade e fixá-la definitivamente, tais como a alocação de cerca de 1.500 casas para abrigar famílias de trabalhadores das obras da usina de Água Vermelha, atual José Ermírio de Moraes, no rio Grande, entre 1973 e 1978; a transferência dos trabalhadores casados que estavam nos alojamentos de solteiros para casas vazias, para as quais levariam suas famílias; o Centro de Treinamento Técnico da CESP, em 1978, concentrando o treinamento técnico da CESP e um único local e instituindo o Laboratório Central de Engenharia Civil (LCEC) que teve sua origem em 1961, com a CELUSA; o projeto “cinturão verde” que visava possibilitar acesso à terra e à oferta de produtos agrícolas à região, gerando empregos e novas fontes de energia; e a destinação de aproximadamente 1.300 residências para abrigo dos trabalhadores das obras da usina de Três Irmãos e do Canal Pereira Barreto, a partir de 1980.

Considerava-se que o processo de desenvolvimento da cidade seria consequência do sucesso da política de privatização cuja implantação se iniciava na década de 1980. Por outro lado, o fortalecimento de Ilha Solteira dependeria do desenvolvimento econômico de toda a região. Medidas para a transformação do núcleo urbano em cidade permanente foram implementadas a partir de 1980, como o cadastramento e a colocação à venda, no mercado imobiliário dos imóveis da cidade, como habitações e lojas construções comerciais a particulares e comerciantes, bem como de terrenos a indústrias. Ilha Solteira iniciou então, o processo de assumir sua própria identidade,

com seu espaço urbano sendo transformado em função das diferentes atividades de seus moradores.

Tsukumo (1994) mostra que, em 1988, a CESP contratou o Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM) que, integrado a diversos órgãos de empresas, elaborou a atualização e complementação dos planos diretores anteriores PV II e PV III, desenvolvidos pelas PLANEMAK. Constavam destes trabalhos as normas para localização, parcelamento e ocupação das áreas urbanas e não urbanas – englobando o distrito industrial e o distrito balneário – e a elaboração de legislação correspondente. Foram elaborados ainda, vários volumes de um estudo intitulado “Alternativas para o desenvolvimento econômico local e elaboração de legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo”, em 1989, com visão regional, indicando alternativas para promover a emancipação política e econômica de Ilha Solteira. Eles mostravam, por exemplo, que os empregos que sustentavam à economia de Ilha Solteira originavam-se de quatro fontes básicas: a construção da usina de Três Irmãos, a operação da usina de Ilha Solteira e de diversos departamentos da CESP, do “campus” da UNESP, e do comércio e serviços de alcance local e microrregional. Desta forma, com o término das obras de Três Irmãos, milhares de empregos seriam perdidos e Ilha Solteira deveria encontrar novas alternativas que substituíssem, pelo menos em parte, estes empregos, sendo as saídas mais viáveis a implantação de agroindústrias, a dinamização das atividades agropecuárias, e a criação de um polo turístico (CEPAM, 1989).

Para Froelich (1999), a concretização do processo de transformação de Ilha Solteira em cidade definitiva, no início da década de 1980, aconteceu sob a crise do desenvolvimentismo e do autoritarismo, em um momento em que a CESP não mais desejava transformar Ilha Solteira em polo de desenvolvimento regional, mas em uma cidade capaz de manter-se sozinha, porque seu custo de manutenção tornara-se proibitivo. Assim, a Companhia adotou uma política de desvinculação mais efetiva, somente entre 1980 e 1985, através da venda de casas e da cobrança de serviços de infraestrutura, medida que na prática, fizeram do núcleo um distrito, embora formalmente pertencente ao distrito de Pereira Barreto, chamado Bela Floresta. Ilha Solteira, como uma cidade-empresa, perdurou até 1992, quando um plebiscito deu origem à criação do município, fato que abriu perspectivas reais para sua autonomia (ver figura 6).



Figura 6: Vista aérea da cidade de Ilha Solteira, década de 1990. **Fonte:** TSUKUMO, 1994, p.102.

As crises do desenvolvimentismo e do autoritarismo estimularam a CESP e a população de Ilha Solteira a encontrar uma solução para o futuro da cidade: se a crise do desenvolvimentismo impôs limites econômicos impensáveis nos tempos eufóricos, a do autoritarismo permitiu iniciar a mobilização da população, ansiosa por exercer sua liberdade política em uma época de restauração democrática. O processo de emancipação de Ilha Solteira (1986-1992) deu-se em meio à crise econômica de natureza hiperinflacionária. Se as condições econômicas não permitiram a implantação do polo sonhado na década de 1960, as condições políticas propiciaram a criação de um município de porte razoável, porém excessivamente vinculado à CESP e muito pouco à região, para a qual se tornou um verdadeiro enclave. Para viabilizar-se como município, Ilha Solteira tirou do território de Pereira Barreto a usina, fonte geradora de ICMS, que poderia ressarcir Pereira Barreto pelos prejuízos causados. Ilha Solteira, usina ou cidade, segundo o autor, não foi capaz de promover o desenvolvimento regional que os ideólogos do bem-estar social preconizavam (FROELICH, 1999, p.20-21).

Ao final da década de 1980, Ilha Solteira já possuía 100% de sua infraestrutura instalada. A população manteve-se constante nos últimos anos, segundo o Censo 2010, em IBGE... (2012), sua população mantém-se em cerca de 25 mil habitantes (em 2000, era de quase 24 mil habitantes). A dinamização de potenciais existentes, a ativação de negócios, a oportunidade de trabalho ampliada, toda a infraestrutura implantada, a alteração de condições naturais e a presença de pessoas com formação técnica e universitária, constituíram o agente motor de desenvolvimento da cidade.

A cidade de Ilha Solteira, implantada em caráter permanente, foi um modelo intermediário de organização entre o acampamento, visto em Jupiá, e a estrutura de uma cidade, sendo uma comunidade um pouco mais aberta, na qual o cidadão ainda era bastante tutelado pela Companhia.

Considerações finais

Em termos de modelo de planejamento adotado no Complexo do Urubupungá, foi possível identificar a abrangência regional partindo da delimitação da bacia hidrográfica e elegendo Ilha Solteira como polo de desenvolvimento regional. O urbanismo adotado evoluiu do conceito de núcleo residencial de empresa e acampamento de obra, para o de criar uma estrutura que pudesse no futuro abrigar uma cidade que funcionasse como vetor de desenvolvimento de uma região pouco urbanizada. Nos projetos urbanísticos, métodos difundidos pelos núcleos fabris - hierarquização social, programa, etc. - conviveram com procedimentos consagrados pelo urbanismo moderno - conceito de unidade de vizinhança, divisão funcional do espaço e hierarquização do sistema viário. A importância dessas experiências pode ser percebida também por servir de ponto de partida para a tomada de consciência dos problemas sociais, econômicos e políticos envolvidos em obras construídas para serem desmontadas, como a Vila Piloto, ou de caráter permanente, mas ainda profundamente tutelada pela empresa, como em Ilha Solteira.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Cláudia Gomes de. Arquitetura e cidade na obra de Ernest de Carvalho Mange. 2004. 183p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.

CEPAM. Projeto Ilha Solteira. Alternativas para o desenvolvimento econômico local e elaboração de legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo. Ilha Solteira: CESP, 1989.

COMPANHIA Energética de São Paulo - CESP. Ilha Solteira. Experiência de Implantação de uma Cidade. Ilha Solteira: AEIS, 1970a.

_____. Região de ilha solteira e suas possibilidades de desenvolvimento econômico. 4 v. São Paulo: CESP e CIBPU, 1970b.

_____. Divisão de Arquitetura e Urbanismo. Vilas temporárias e permanentes do setor elétrico: a experiência da CESP. São Paulo: CESP, 1982.

_____. Nasce uma cidade: Ilha Solteira. S.l.: AEIS, 19-?a.

FROELICH, G. M. Ilha Solteira: uma história de riqueza e poder (1952-1992). 1999. 273 p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 março 2012.

ILHA Solteira: a cidade e a usina. Fascículos de História da Energia Elétrica em São Paulo. São Paulo: CESP, n. 2, 1988.

KUHL, J. C. A. CESP 25 anos. Série Divulgação e Informação, n. 132. São Paulo: CESP, 1991.

MANGE, Ernst Robert de Carvalho. Planejamento em Urubupungá. 1963. 74 p. Tese (Concurso de Livre Docência) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1963.

PLANEMAK. Planejamento de Ilha Solteira: núcleo urbano. São Paulo, abril de 1967.

PLANEJAMENTO em Urubupungá. Acampamento e Vila de Operadores da Usina de Jupia. Acrópole, São Paulo, v. 25, n. 289, dez., 1962, p. 1-11.

TSUKUMO, Nina Maria Jamra (coord.). Arquitetura na CESP. São Paulo: CESP, 1994.

VIANNA, Mônica P. Núcleos residenciais da CESP: o processo de desmonte. 2006. 356p. Dissertação (Mestrado) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.